

1 - APRESENTAÇÃO

1 - APRESENTAÇÃO

A Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – PERH, tem como seus principais instrumentos de implementação os Planos de Bacias Hidrográficas e seus Relatórios de Situação, por meio dos quais acompanha e controla a evolução dos processos que interferem na questão dos recursos hídricos, bem como os níveis de efetividade alcançados por suas propostas e encaminhamentos.

O Plano de Bacia Hidrográfica 2000-2003 do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, objeto do presente trabalho, teve como referências básicas,

- o Relatório de Situação de 1999, denominado pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI, de “Relatório Zero”,
- o Plano Integrado de Aproveitamento e Controle dos Recursos Hídricos das Bacias do Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Santista (DAEE/Consórcio HIDROPLAN, 1994 a 1996),
- Concepção, Estudos de Apoio e Preparação de Programa de Investimentos para Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 1ª e 2ª Etapas (MPO/SEPURB/UGP-PCJ; - Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica – PQA - Consórcio Figueiredo Ferraz-Coplasa – 1999)

O desenvolvimento de todos os trabalhos da consultora, a partir dessas referências, deu-se em estreita colaboração com o Sub-Grupo do Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL), do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – CBH-PCJ.

Tratando-se de trabalho desenvolvido a partir de dados secundários, o esforço inicial concentrou-se na uniformização e compatibilização das informações disponíveis, de modo a que as referências básicas refletissem, com o maior índice de confiabilidade possível, a realidade da situação atual da Bacia.

Uma vez consolidados esses elementos, tratou-se da obtenção das informações sobre as ações em andamento, abrangendo áreas afins de recuperação e proteção dos mananciais, pelos diferentes órgãos e entidades de recursos hídricos da UGRHI-PCJ – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia.

Neste sentido, através da Secretaria Executiva do Comitê, foi realizada uma consulta aos membros do CBH-PCJ, obtendo-se a caracterização de 61 ações, totalizando recursos próximos de R\$ 200 milhões.

Este conjunto de dados, permitiu que sua análise, levasse a uma avaliação das metas almejadas para recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos da bacia e das obras correspondentes necessárias para alcançá-las.

Para isto, além da metodologia utilizada pela Consultora, a crítica construtiva e a vivência local dos membros do Sub-Grupo do GT-PL acabou por ajustar progressivamente o conjunto de ações e obras para o período (2000 a 2003).

Na confecção deste Plano, especial ênfase foi dada à estratégia de ações para contornar a gravidade da situação em relação à disponibilidade e, principalmente, à qualidade das águas, decorrente das altas demandas verificadas e, mais intensamente, dos lançamentos nos cursos de água de efluentes de esgotos urbanos e industriais.

Assim cabe destacar que quanto à disponibilidade hídrica, consideradas todas as sub-bacias, as demandas atuais são de 107,5% das vazões $Q_{7,10}$, e 72,5% das vazões Q_{95} . Merece destaque a sub-bacia do rio Atibaia, cujas demandas atuais são de cerca de 140% da vazão mínima $Q_{7,10}$ e 106% da vazão Q_{95} .

Com relação aos mananciais subterrâneos, embora a vazão total explotável seja da ordem de 24m³/s, sua exploração atinge apenas 16% deste total (3,8 m³/s). O uso mais intensivo desse manancial é limitado pela baixa produtividade dos poços, prejudicando uma maior exploração dos aquíferos subterrâneos pelos sistemas de abastecimento de água.

Já em relação à qualidade das águas, constatou-se, em diversos trechos dos cursos de água, avançados estágios de degradação. Estudos de simulações indicam, nestes trechos, parâmetros referentes às classes de uso 3, 4 e pior que 4, embora enquadrados como classe 2 pelo decreto estadual n.º 10.755/77.

Ressalte-se ainda que de acordo com 110 análises efetuadas pela CETESB, em 1997, em 19 pontos de amostragem distribuídos pelos principais rios, constatou-se não conformidades tanto em relação aos parâmetros de origem orgânica, como aos de origem de efluentes industriais ou de agrotóxicos, em relação ao definido pela Resolução do CONAMA 20/86.

Como é notório, a degradação das águas é provocada principalmente pelos lançamentos de cargas poluidoras remanescentes de 256 t DBO/dia, oriundas dos esgotos domésticos e industriais. Complementarmente a esses fatores, e agravando ainda mais a situação, existem outras fontes poluidoras, como processos erosivos, uso de agrotóxicos, poluição difusa urbana e parte de resíduos sólidos dispostos de forma inadequada.

Esse quadro, descrito em suas linhas básicas, revela a importância da implementação do Plano, na forma como foi concebido, ou seja: com a perspectiva de um planejamento integrado, única forma de evitar ações municipais isoladas e de discutíveis benefício/custo para melhoria efetiva da condição dos recursos hídricos na área da UGRHI-PCJ.

O montante total a que se chegou de R\$ 760 milhões para o quadriênio (2000-2003) - R\$ 48 milhões, para a Componente de Gestão de Recursos Hídricos, e R\$ 712 milhões, para a Componente de Serviços e Obras, desafia as autoridades competentes para o equacionamento dos recursos correspondentes de forma a não mais haver postergação diante da gravidade da situação.

Esse desafio fica ainda maior, quando parte dos recursos previstos, estão centrados na possibilidade da cobrança pelo uso da água, matéria que ainda se encontra em tramitação no legislativo e que, mesmo se aprovada em curto prazo, demandará tempo para sua implantação.

Os 5 capítulos que compõem o presente trabalho, sintetizam o Plano de Bacia Hidrográfica 2000-2003 do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá proposto pela Consultora.

A caracterização da área da UGRHI-PCJ em seus aspectos físicos, político-administrativo e sócio-econômico constam do capítulo 2, o qual apresenta também o uso e ocupação do solo.

Os usos, disponibilidades e qualidades dos recursos hídricos e as fontes e fatores de degradação das águas estão abordadas e analisadas no capítulo 3 – Recursos Hídricos.

A formulação do Plano de Metas e a Consolidação das Ações, Programas e Projetos constam do capítulo 4, enquanto que em sequência são apresentados as conclusões e recomendações.

Os anexos contém informações complementares utilizados na elaboração do Plano, e como apêndice, são apresentados os aspectos jurídicos referentes aos recursos hídricos.